

Contatos do GAZETA MERCANTIL governo no Congresso

20 MAR 1990

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O governo não está disposto a fazer qualquer alteração no plano econômico, agora. Esta posição foi reforçada ontem pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, durante quase três horas de reunião com os líderes de praticamente todos os partidos, inclusive o PT. Ela, no entanto, está disposta a estudar as sugestões dos parlamentares para, no momento adequado, promover ajustes possíveis às medidas econômicas anunciadas na semana passada.

A informação foi dada pelo líder do governo na Câmara, deputado Renan Calheiros (AL), logo após o encontro entre Zélia Cardoso e os parlamentares. "A ministra entende que a mutilação ou qualquer alteração no plano pode, na prática, comprometer seus resultados", esclareceu Calheiros. Ele reconheceu, porém, que nem todos os líderes se convenceram disso, na reunião.

"Acho que vão ser feitas muitas emendas ao plano", previu o líder do PFL na Câmara, deputado Ricardo Fiúza (PE), que apóia o novo governo. Apesar de algumas ressalvas, ele defende a aprovação integral das medidas, mas deixou claro que não poderá impedir sua bancada de apresentar emendas a elas. O PMDB, o PSDB e o PT também vão propor alterações ao plano no Congresso, segundo revelaram representantes e líderes desses partidos.

Ontem à noite, as medidas foram lidas no plenário do Congresso. Os deputa-



Renan Calheiros

dos e senadores terão prazo até a manhã da próxima segunda-feira para apresentar emendas ao plano econômico do governo. São previstas até mesmo emendas do PRN, partido do presidente Fernando Collor, informa a repórter Marta Salomon. O líder Ricardo Fiúza não acredita, porém, que sejam aprovadas alterações pelo Congresso.

O limite de Cr\$ 50 mil para saques em caderneta de poupança e a possibilidade de perdas salariais para os trabalhadores são os principais pontos criticados pelos parlamentares.

(Ver página 7)